

Ações de Formação c/despacho > Imprimir (id #96271)

Ficha da Acção

Designação ALGUNS DIREITOS CIVIS FUNDAMENTAIS

Região de Educação **Área de Formação** A ☒ B ☐ C ☐ D ☐

Classificação Formação Contínua **Modalidade** Curso de Formação

Duração

Nº Total de horas 25 Nº de Créditos 1

Cód. Área A9I **Descrição** Docentes da área Disciplinar de Contabilidade, Economia, Direito e Secretariado

Cód. Dest. 26 **Descrição** Professores dos Grupos 430 e 530 dos Ensinos Básico (3º Ciclo) e Secundário

Dest. 50% 26 **Descrição** Professores dos Grupos 430 e 530 dos Ensinos Básico (3º Ciclo) e Secundário

Reg. de acreditação (ant.)

Formadores

Formadores com certificado de registo

B.I. 8513871 **Nome** PAULA MARIA MATOS GOMES LEITE MARINHO GOMES **Reg. Acr.** CCPFC/RFO-00961/97

Componentes do programa Todas **Nº de horas** 25

Formadores sem certificado de registo

Anexo A

A preencher nas modalidade de Curso, Módulo, DSES e Seminário

Razões justificativas da acção e a sua inserção no plano de actividades da entidade proponente

A necessidade de formar uma consciência cívica de conhecimento e respeito pela lei, bem como a sua interpelação pela ética, o reforço do respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos fundamentais requerem uma aprendizagem sistemática no âmbito da relação educativa.

Além disso, as reformas estruturais implementares na sociedade portuguesa nos dois últimos anos e as alterações legislativas daí decorrentes impõem aos docentes – máxime aos da área ciências socioeconómicas – não só uma atualização científica permanente mas, muitas vezes, o contacto próximo e a partilha de experiências com profissionais da área do Direito, em sede adequada (formativa).

Este curso de formação visa dotar os docentes de um conhecimento atualizada da lei portuguesa e competências para realizar e promover a participação ativa, informada e responsável na vida cívica dos alunos

Objectivos a atingir

Pretende-se dotar os docentes de um conjunto de saberes humanísticos, científicos e técnicos que lhes permita o exercício esclarecido de direitos e promover, nos alunos, atitudes de responsabilização e intervenção pessoal e social numa perspetiva de cidadania ativa.

Este curso de formação deve

- desenvolver competências técnico-pedagógicas na área dos direitos fundamentais;
- promover o desenvolvimento e implementação de materiais pedagógicos adequados ao contexto de cada grupo/turma;
- reforçar o respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos fundamentais;
- reconhecer que o respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos fundamentais deve ser levado à sala de aula e ter implicações na relação pedagógica da praxis docente;
- favorecer a partilha de experiências.

Conteúdos da acção

Os direitos civis na C.R.P. (3 horas)

- 1.1. direito à vida e direito à integridade pessoal
- 1.2. direito à liberdade e à segurança
- 1.3. outros direitos pessoais
2. Alguns direitos previstos no Código Civil
- 2.1. Pessoas singulares (18 horas)
 - a) Personalidade e capacidade jurídica

- b) Incapacidade de exercício
 - menoridade
 - interdição e inabilitação
 - incapacidade acidental
 - c) Direitos de personalidade
 - tutela geral da personalidade
 - direito ao nome
 - direito à imagem
 - direito à reserva sobre a intimidade da vida privada
 - limitação voluntária dos direitos de personalidade
- 2.2. Pessoas coletivas (4 horas)
- a) Personalidade e capacidade jurídica
 - b) Associações, Sociedades e Fundações

Metodologias de realização da acção

Sessões presenciais (25 horas) – sessões teórico/práticas e sessões no exterior

Nas sessões teórico/práticas utilizar-se-á

- método verbal: exposição, explicação, diálogo e interrogação;
- método intuitivo: audiovisuais e textos escritos (documentos legais e outros, a fornecer aos formandos);
- método ativo: resolução de casos práticos (a partir da legislação disponibilizada – CRP e CC)

Nas sessões no exterior os formandos assistirão a audiência de julgamento de processos onde se discutem questões de direito civil abordadas nas sessões teórico/práticas.

Regime de avaliação dos formandos

A aprovação no curso de formação dependerá da classificação igual ou superior a 5 valores e da frequência mínima de 2/3 do total de horas da formação. A escala de avaliação será de 1 a 10 valores, conforme determina o Regime Jurídico da Formação Contínua.

A avaliação será baseada nos seguintes itens:

1. Componente presencial – 70%
 - empenho e participação nas sessões (30%);
 - trabalhos produzidos (40%);
2. Relatório – 30%
 - reflexão crítica, individual, sobre a formação

Forma de avaliação da acção

Preenchimento de um questionário pelos formandos e formadores, no final de cada acção, cujos dados serão tratados pelo Centro de Formação.

Bibliografia fundamental

ASCENSÃO, J. Oliveira (1999), O Direito, Introdução e Teoria Geral
NETO, Abílio, Código Civil Anotado
PINTO, C. A. Mota, Teoria Geral do Direito Civil

Legislação
Constituição da República Portuguesa
Código Civil

Processo

Data de recepção 17-10-2016 **Nº processo** 95782 **Registo de acreditação** CCPFC/ACC-90645/17

Data do despacho 06-03-2017 **Nº ofício** 2148 **Data de validade** 06-03-2020

Estado do Processo C/ Despacho - Acreditado